

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/42231</b>	<b>55511/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DJ - DAAJ - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**Assunto:** Pedido de emissão de parecer favorável para manutenção do Estatuto de Utilidade Pública – Cabido da Sé de Braga

#### I. CONSIDERANDO QUE:

- O Cabido da Sé de Braga, fundado a 20 de novembro de 1940 e com sede na Freguesia da Sé, na cidade de Braga, veio solicitar a emissão de parecer fundamentado desta Câmara Municipal, que lhe permita confirmar a manutenção do estatuto de utilidade pública, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 8.º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, devidamente instruído, com fundamento no seu "*valor histórico, religioso, cultural e patrimonial, intimamente associados à identidade da cidade e ao seu percurso enquanto centro de referência no contexto nacional.*"
- O enquadramento da pretensão no disposto no artigo 4.º da referida Lei Quadro do Estatuto de Utilidade Pública;

#### II. ENQUADRAMENTO LEGAL

Atento no artigo 4.º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, que aprova a Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, estabelece-se por fins de utilidade pública os seguintes:

*"1 - O estatuto de utilidade pública pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local e que cooperem, nesse âmbito, com a administração central, regional ou local.*

*2 - Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se fins relevantes para atribuição do estatuto de utilidade pública:*



*a) Aqueles que se traduzam no benefício da sociedade em geral, ou de uma ou mais categorias de pessoas distintas dos seus associados, fundadores ou cooperadores, ou de pessoas com eles relacionadas, e que se compreendam em algum dos setores referidos no número seguinte; ou*

*b) No caso das **associações** e das cooperativas:*

*i) Aqueles que se traduzam primariamente, mas não exclusivamente, no benefício dos seus associados ou cooperadores, desde que estejam compreendidos em algum dos setores referidos no número seguinte e se o número mínimo de associados ou de cooperadores determinado no artigo 7.º se encontrar verificado;*

*ii) Aqueles que se traduzam no benefício dos seus associados ou cooperadores, quando estes sejam pessoas coletivas, e desde que a atividade dos seus associados ou cooperadores esteja compreendida em algum dos setores referidos no número seguinte.*

**3 - As pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública, na prossecução dos seus fins, devem atuar em algum dos seguintes setores:**

*a) Histórico, artístico ou cultural;*

*b) Desporto;*

*c) Desenvolvimento local;*

*d) Solidariedade social;*

*e) Ensino ou educação;*

*f) Cidadania, igualdade e não discriminação, defesa dos direitos humanos ou apoio humanitário;*

*g) Juventude;*

*h) Cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento;*

*i) Saúde;*

*j) Proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e extinção de incêndios;*

*k) Investigação científica, divulgação científica ou desenvolvimento tecnológico;*

*l) Empreendedorismo, inovação ou desenvolvimento económico e social;*

*m) Emprego ou proteção da profissão;*

*n) Ambiente, património natural e qualidade de vida;*

*o) Bem-estar animal;*

*p) Habitação e urbanismo;*

*q) Proteção do consumidor;*

*r) Proteção de crianças, jovens, idosos ou outras pessoas em situação de vulnerabilidade, física, psicológica, social ou económica;*



s) *Políticas de família.*

4 - *O estatuto de utilidade pública não pode ser atribuído a pessoas coletivas que, na prossecução dos seus fins, atuem predominantemente, ainda que não de forma exclusiva, em algum dos seguintes setores:*

a) *Político-partidário, incluindo associações e movimentos políticos;*

b) *Sindical;*

c) *Religioso, de culto ou de crença, incluindo a divulgação de doutrinas e filosofias de vida.'*  
(negrito nosso)

Ademais, segundo o artigo 6.º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, o estatuto de utilidade pública pode ser atribuído a pessoas coletivas que revistam uma das seguintes formas jurídicas:

- Associações constituídas segundo o direito privado;
- Fundações constituídas segundo o direito privado;
- Cooperativas.

### III. FUNDAMENTAÇÃO

1) O estatuto de utilidade pública só pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local, e que cooperem nesse âmbito com a administração central, regional ou local;

2) O estatuto de utilidade pública visa incentivar o associativismo, dotando-o de alguns meios para a valorização e expansão da sua atividade, e é atribuído, caso a caso, a pedido do interessado, desde que se verifiquem, cumulativamente os requisitos previstos no n.º 1, do artigo 8.º da referida lei;

3) O Cabido da Sé de Braga, fundado a 20 de novembro de 1940 e com sede na Freguesia da Sé, deste concelho, apresenta-se como uma associação sem fins lucrativos, constituída segundo o direito privado, conforme resulta dos estatutos da mesma;

4) Tendo presente a análise realizada pela **Divisão de Cultura**, destaca-se o seguinte:

*«-A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga assenta na promoção, salvaguarda e dinamização do património material e imaterial da cidade, integrando práticas artísticas, tradições religiosas, formação de público e mediação cultural, em estreita colaboração com agentes e entidades culturais fixadas em território bracarense e com intervenção relevante na ação e no planeamento cultural concelhio;*



*- Uma das dimensões estratégicas da política cultural é orientada para a difusão do património cultural e do legado histórico, potenciando-os enquanto vetores de identidade cultural, e desenvolvimento cultural, social e económico sustentável;*

*- Neste contexto, assume particular relevância o papel desempenhado pelo Cabido da Sé de Braga, enquanto entidade detentora e dinamizadora de um património histórico, artístico, religioso e cultural de valor singular para a cidade e para a região;*

*- O Cabido da Sé de Braga afirma-se como uma entidade de referência no panorama cultural, patrimonial e religioso da cidade de Braga, desempenhando um papel primordial na preservação, salvaguarda e dinamização de um património cultural e artístico de reconhecido valor local, nacional e internacional;*

*- A sua missão assenta na valorização do património cultural, material e imaterial, na promoção da vivência cultural e religiosa e no reforço da identidade histórica da cidade, concretizando-se através da organização e dinamização de celebrações, solenidades e iniciativas culturais e artísticas que promovem o conhecimento, a fruição cultural e a participação ativa da comunidade;*

*- A entidade assegura o desenvolvimento de uma atividade contínua e estruturante no panorama cultural bracarense, destacando-se pela organização das Solenidades da Semana Santa, bem como pela promoção de iniciativas culturais complementares que contribuem eficazmente para a formação de públicos, para a valorização do património e para o fortalecimento da coesão cultural e social do território;*

*- A Semana Santa de Braga, manifestação inscrita no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial e integrante da Rede Europeia de Celebrações da Semana Santa e Páscoa, constitui uma tradição multissecular que preserva o seu sentido original de celebração dos mistérios da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo. As solenidades refletem a vivência quaresmal e assumem particular expressão através das procissões e demais cerimónias próprias do rito bracarense, dotadas de características singulares e de uma forte capacidade mobilizadora, que envolvem a comunidade local e atraem visitantes nacionais e internacionais. Ao programa de natureza religiosa associa-se um conjunto diversificado de iniciativas culturais e artísticas, que reforçam a dimensão patrimonial e cultural do evento e contribuem para a salvaguarda, valorização e divulgação da identidade bracarense.*

*- O Cabido da Sé de Braga desenvolve um projeto cultural consolidado, assente numa estratégia de salvaguarda e valorização do património religioso, histórico e artístico, afirmando-se como um elemento agregador da identidade cultural de Braga e contribuindo para o reforço do sentimento de pertença da comunidade e para a transmissão intergeracional de valores, saberes e práticas culturais;»*

5) Reforça-se, ainda, conforme indicado pela **Divisão de Cultura** que:

*«- A entidade desempenha um papel determinante na dinamização do ecossistema cultural local, através de uma programação diversificada que integra expressões religiosas, musicais e artísticas, contribuindo para a ampliação da oferta cultural da cidade, para a valorização dos bens patrimoniais e para a projeção cultural de Braga enquanto território de forte identidade histórica;*

*- O seu projeto cultural assume especial relevância no estímulo ao sector cultural e artístico concelhio, criando condições favoráveis à realização de práticas culturais que promovem o acesso à cultura, a valorização do património e o desenvolvimento de iniciativas artísticas em articulação com diferentes agentes culturais, públicos e privados;*



*- O Cabido da Sé de Braga desempenha igualmente um papel relevante na valorização da música erudita e do património organológico, enquanto bens culturais de elevado valor patrimonial, nomeadamente através da promoção do "Festival Internacional de Órgão de Braga", contribuindo para a sensibilização do público, para a formação cultural e para a preservação deste legado singular, material e imaterial;*

*- Através de um programa eclético e diferenciador, o festival promove a fruição e o conhecimento dos órgãos históricos existentes em Braga, enquanto bens patrimoniais de elevado valor artístico e identitário, simultaneamente materiais e imateriais. Esta iniciativa contribui para a sensibilização do público para a importância da preservação deste legado singular, para a dinamização cultural do território e para a criação de novos públicos, assumindo igualmente impactos positivos ao nível da conservação e valorização dos equipamentos patrimoniais envolvidos.*

*- A entidade contribui, de igual modo, para a promoção e valorização do património cultural da cidade, evidenciando Braga enquanto território rico em história, tradições e expressão artística, reforçando a identidade local e promovendo a consciência coletiva sobre a importância da proteção do património e da preservação da memória cultural;*

*- Importa ainda salientar que ambas as iniciativas promovidas pelo Cabido da Sé de Braga assentam numa lógica de cooperação institucional, envolvendo entidades públicas, privadas, religiosas e agentes culturais, bem como a participação ativa da comunidade, reforçando os laços sociais, a coesão comunitária e o posicionamento de Braga enquanto cidade de forte identidade cultural e patrimonial.*

*- O Cabido da Sé de Braga é uma entidade parceira e ativa nas iniciativas culturais promovidas pelo Município de Braga, colaborando de forma regular com diversas entidades públicas e privadas, e assumindo um papel relevante na concretização de projetos culturais de interesse municipal, nomeadamente nas áreas do património, da música erudita e da valorização das tradições culturais;*

*- Neste enquadramento, o apoio municipal às atividades desenvolvidas pelo Cabido da Sé de Braga revela-se coerente com os objetivos estratégicos da política cultural do Município, contribuindo para a valorização do património cultural, para a dinamização da vida cultural da cidade e para o fortalecimento da atratividade cultural, turística e económica do território.»*

6) Pelo exposto, é indubitável que, o Cabido da Sé de Braga merece, por estas razões, amplo reconhecimento por parte da comunidade, uma vez que os fins que prossegue correspondem a interesses públicos relevantes, designadamente na **salvaguarda do património cultural, na promoção da identidade local e no desenvolvimento cultural do território**, constituindo-se como um parceiro estratégico de elevado valor para a Administração Pública.

## **ASSIM,**

Considerando que a utilidade pública do Cabido da Sé é incontroversa e que preenche os requisitos previstos na Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada pela Lei n.º 36 /2021, de 14 de junho, estando assim em condições de ser declarada como instituição de utilidade pública.

## **PROPÕE-SE:**



- Que a Câmara Municipal de Braga emita parecer favorável para manutenção do Estatuto de Utilidade Pública do Cabido da Sé de Braga, pessoa coletiva n.º 501226575 com sede na Freguesia da Sé de Braga, nos termos e para os efeitos previstos na alínea d), do n.º 1, do artigo 8.º, da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho.

Anexos:

1. Estatutos do Cabido da Sé de Braga;
2. Informação da Divisão de Cultura.

### **PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

### **DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

